



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

### CONCLUSÃO

Em 05/09/2014 12:24:19, faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de São Carlos, Dr. Paulo César Scanavez.  
 Eu, \_\_\_\_\_, Escr., subscrevi.

### SENTENÇA

Processo nº: **1002560-58.2014.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Moral**  
 Requerente: **JAIRO DE OLIVEIRA**  
 Requerido: **SPE SHOPPING E RESIDENCIAL ITÁLIA LTDA**

Juiz de Direito: **Paulo César Scanavez**

**Jairo de Oliveira** move ação em face de **SPE Shopping e Residencial Itália Ltda.**, dizendo que sofreu protestos ou apontamentos para fins de protestos relativamente aos títulos discriminados às fls. 2, 63/67, 80/82 e 86/89, mas não existia causa subjacente que pudesse autorizar a ré a essas emissões. Não celebrou com a ré contrato de locação da loja de uso comercial nº L-113, do Luziânia Shopping, nem participou dos consecutivos aditamentos ao contrato de locação dessa loja, como pretendeu a ré justificar ao ser provocado pelo autor na via extrajudicial. Notificou a ré por email, mas nem assim esta cancelou os protestos. Injusta e abusiva a emissão das duplicatas. O nome do autor foi negativado na Serasa. Sofreu danos morais. Pede a antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional para declarar a nulidade das duplicatas especificadas acima, cancelando-se os protestos ou suspendendo definitivamente os protestos, condenando-se a ré a lhe pagar indenização a ser arbitrada judicialmente, com os consectários legais. Documentos às fls. 21/53. Os aditamentos à inicial constam de fls. 63/67, 80/82 e 86/89 e foram acolhidos às fls. 68, 83 e 91/96. A antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional foi concedida às fls. 54, 68, 83 e 91/96. Embargos declaratórios às fls. 72/75,



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

acolhidos à fl. 77.

A ré foi citada (fl. 76) e contestou dizendo que entabulou com o autor o contrato de locação de espaço para as lojas de uso comercial L-113, do Shopping Luziânia, em 27.7.12, tanto que o autor assinou referido contrato. Não foi a ré quem levou os títulos a protesto, mas o endossatário. Deve ser declarada a ilegitimidade passiva da ré. No mérito, existiu causa subjacente legitimadora para a emissão das duplicatas. Comunicou o endossatário que fora entabulado o segundo aditamento contratual, através do qual a locatária era Danielle Caurin Diedrich. Apesar disso, o banco endossatário protestou os títulos, pelo que não responde pelos danos causados pelo endossatário. Agiu dentro da legalidade. Não praticou danos morais. Improcede a ação.

É o relatório. Fundamento e decido.

A ré foi citada (fl. 76) e o AR foi juntado nos autos em 5.6.14, de modo que a contestação de fls. 92/96 é intempestiva, fato certificado à fl. 99. A ré recolhe os efeitos da revelia, presumindo-se verdadeiros os fatos articulados na inicial, já que se apoiam em sólida prova documental.

A ré é parte legítima para responder aos termos desta ação. Com efeito, a ré quem emitiu todas as duplicatas discriminadas às fls. 2, 63/67, 80/82 e 86/89. A ré constituiu o Bradesco, Banco do Brasil e o Banco do Estado do Rio Grande do Sul como endossatários-mandatários para efetuar as cobranças. O autor podia incluir no polo passivo os endossatários-mandatários, mas não o fez por questões não reveladas, o que é de somenos importância, mesmo porque na espécie prevalece a regra do art. 275, caput, do Código Civil.

Verifica-se do primeiro aditamento ao contrato de locação (fl. 39/41) que o autor figurou como locatário do imóvel, tanto que o assinou à fl. 41. Esse instrumento está datado de 27.7.2012. Pelo segundo aditamento ao contrato de locação, terceira pessoa assumiu a qualidade de locatária do imóvel, ficando assim os anteriores locatários excluídos dessa relação contratual. O segundo aditamento foi feito em 21.11.13.

Ora, se o autor ficou devendo algum locativo ou encargo da locação pelo curto período da sua condição de locatário, evidente que o fato não autorizava a ré a emitir as diversas duplicatas



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

mercantis que foram protestadas ou apontadas para protesto. Coincidência ou não a ré emituiu a maioria dessas duplicatas com data contemporânea à locação do período do primeiro aditamento (fls.39/41). Estranhamente, todos os vencimentos dos títulos foram colocados com datas aproximadas de 1 ano após as emissões.

Terceira pessoa quem assumiu as dívidas oriundas das locações celebradas com a ré, conforme fls. 49/51. Se o autor tivesse alguma dívida com a ré, fruto do primeiro aditamento ao contrato de locação, esta tinha como promover-lhe a execução e não podia de modo algum valer-se da emissão de duplicatas, títulos que têm regência por Lei especial, não se adequando de modo algum a um contrato de locação.

O autor sofreu indevidamente os protestos relacionados às fls. 21/23 e teve seu nome negativado na Serasa. O autor experimentou ainda protestos das duplicatas de fls. 63/67, 80/82 e 86/89, o que também gerou negativação do seu nome na Serasa. Sofreu danos morais decorrentes dos protestos e negativações, já que injustos.

Apesar da intempestividade da contestação, urge consignar que a ré não trouxe documento algum para os autos no sentido de que teria comunicado, antecipadamente, os endossatários-mandatários de que o autor não devia os títulos. Os aditamentos foram acolhidos às fls. 68, 83 e 91/96 por força do art. 462 c/c art. 290, ambos do CPC.

O autor nada deve à ré. Todos os protestos e negativações foram sustados e canceladas por força de decisões antecipatórias da tutela jurisdicional. O autor experimentou danos morais. Considerando as particularidades do caso, arbitro essa indenização no valor de R\$10.000,00, suficiente para compensar os danos morais já mencionados e também para servir como fator de desestímulo para a ré não reincidir nessa conduta.

Pelo menos nestes autos não se evidenciou nenhum elo de ligação entre o autor e a locatária Danielle Caurin Diedrich. A própria ré, apesar da extemporânea contestação, não tangeu essa questão.

**JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para: declarar a nulidade das duplicatas especificadas às fls. 2, 63/67, 80/82 e 86/89, reconhecendo que o autor nada deve à ré relativamente a esses títulos. As decisões de fls. 54, 68, 83 e 91 não são apenas confirmadas como também convertidas em ordem judicial para o cancelamento dos protestos dos títulos ali discriminados, pelo que cópia desta sentença será enviada aos Cartórios



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

de Protesto de Títulos e Documentos referidos naquelas decisões, para que os Tabeliães e Oficial dos referidos cartórios cancelem os protestos daqueles títulos. Graças às decisões anteriores, o nome do autor foi excluído das negativas constantes da Serasa. Condeno a ré a pagar ao autor, indenização por danos morais no valor de R\$10.000,00, com correção monetária a partir de hoje, juros de mora de 1% ao mês contados da citação, custas do processo e as de reembolso, assim como os emolumentos devidos aos Cartórios de Protestos.

Depois do trânsito em julgado, envie cópia desta sentença aditada com as decisões de fls. 54, 68, 83 e 91 para que os Tabeliães e Oficial dos Cartórios de Protesto cumpram esta sentença. O autor exhibirá requerimento da fase do art. 475-B e J, do CPC, em 10 dias, e desde que o faça a ré será intimada a pagar a dívida exequenda, em 15 dias, sob pena de multa de 10%, além de honorários advocatícios de 10% e custas ao Estado no importe de 1%.

P.R.I.

São Carlos, 15 de setembro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**